

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

(Da Sra. TABATA AMARAL)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências, para dispor sobre a fiscalização e o controle da água destinada ao consumo humano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 6º.....

.....

§4º A fiscalização e o controle da qualidade da água destinada ao consumo humano proveniente de sistema de abastecimento de água, de que trata o inciso VIII do *caput* deste artigo, envolverá, entre outras ações definidas na legislação específica:

I – monitoramento rotineiro, pelas entidades prestadoras dos serviços de fornecimento de água potável, com a realização de testes e análises necessárias para a aferição dos parâmetros qualificadores da potabilidade da água e a pesquisa da presença de contaminantes tóxicos;

II – publicação nos sítios eletrônicos oficiais das entidades que realizam o serviço de fornecimento de água potável dos resultados das análises e testes realizados para a aferição dos parâmetros de qualidade da água fornecida ao consumo;



III – realização rotineira de análises fiscais efetuadas no âmbito do sistema nacional de vigilância sanitária, juntamente com a divulgação dos resultados nos sítios eletrônicos oficiais e inseridos no sistema de informação pelas entidades prestadoras dos serviços de abastecimento de água e pelas autoridades públicas competentes no controle dessas entidades; e

IV – manutenção, pelo gestor federal do SUS, de um sistema de informação específico para a sistematização dos dados e resultados relacionados com o controle da qualidade da água fornecida pelos serviços de abastecimento, bem como a elaboração de indicadores que possam fundamentar ações e políticas para a melhoria dos serviços, com acesso autorizado para consulta por toda a população.

§ 5º A não realização das análises e testes obrigatórios, nos termos regulamentares, configura infração sanitária e sujeita os infratores às sanções previstas em lei específica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis ao caso. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



## JUSTIFICAÇÃO

A importância da qualidade da água destinada ao consumo humano ganha relevância diante da possibilidade de transmissão de algumas doenças, com destaque para microrganismos patogênicos, parasitoses e verminoses. Além desses agentes etiológicos, a água também pode veicular outras substâncias tóxicas advindas da poluição e da atividade humana, como os processos industriais, métodos de produção agrícola e manejo pecuário, o que reforça ainda mais a relevância do controle de qualidade da água potável distribuída à população para a proteção da saúde humana. Muitas dessas substâncias contaminantes podem dar origem, no médio e longo prazo, a doenças crônicas e graves, como as neoplasias, mas que podem ser prevenidas pelo controle constante dos serviços de distribuição de água.

Os mecanismos de controle sobre o resultado final dos processos de tratamento da água utilizados pelos serviços de distribuição podem minimizar os riscos inerentes. A realização de testes específicos e que envolvem os seus aspectos físico-químicos, microbiológicos e a pesquisa de substâncias contaminantes com potencial tóxico ao homem é a base para a prevenção de danos ao consumidor, para a proteção de sua saúde e para a correção das falhas e desvios porventura constatados.

Apesar da aplicação dos meios de controle disponíveis, tendo em vista as exigências da legislação que disciplina o tema, há notícias que demonstram que, de fato, o controle da qualidade de água está bastante frágil no país, o que pode indicar que os prestadores de serviço não realizam análises suficientes para o adequado controle e garantia de sua potabilidade.

Conforme publicado pela Agência Pública/Repórter Brasil<sup>1</sup>, em cerca de 493 municípios que realizaram testes na água, entre 2018 e 2020, 20% deles detectaram substâncias residuais geradas pelo processo de tratamento (subprodutos da desinfecção) em patamares superiores aos máximos admitidos pela legislação brasileira.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/tratamento-na-agua-gera-substancias-cancerigenas-em-493-cidades-no-brasil/>. Consultado em 11/3/2022.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222696476400>



Em outro levantamento<sup>2</sup>, que agrupou testes feitos por 763 cidades, nesse mesmo período, uma em cada quatro cidades apresentou substâncias químicas e radioativas acima dos limites máximos estabelecidos. Diante desses resultados, a impressão que se tem é a de que os desvios nos padrões de potabilidade de água são bem mais corriqueiros do que poderia ser imaginado, infelizmente.

Outro aspecto que merece ser aprimorado diz respeito ao exercício das atribuições das autoridades públicas competentes para a fiscalização da distribuição de água potável. A fiscalização ostensiva, feita de forma frequente e de surpresa, pode ser utilizada para avaliar não só a qualidade da água, mas se as análises feitas pelos prestadores do serviço se mostram eficazes.

A falta de transparência e publicidade dos resultados que são obtidos também contribui para a elevação de riscos à saúde humana, já que os resultados das análises realizadas não chegam ao maior interessado no procedimento, o consumidor final. Essa notória falta de transparência das entidades prestadoras de serviços de abastecimento de água e dos entes fiscalizadores nas suas ações de controle precisa ser aprimorada.

Diante desse contexto, considero que a ordem jurídica precisa contemplar, sem deixar margem a dúvidas, dispositivos que melhor disciplinem o controle e a fiscalização da água potável distribuída para a população, bem como a divulgação ampla e de fácil acesso ao consumidor aos resultados obtidos.

Além disso, considero que os dados das análises citadas devem compor um sistema de informação, para que possam ser formulados indicadores confiáveis e úteis para o manejo ambiental e sanitário em caso de contaminações e extrapolação dos níveis de segurança definidos para cada tipo de desvio detectado.

Atualmente, o Brasil desenvolve o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Vigiagua, que consiste no conjunto de ações adotadas continuamente pelas autoridades de

<sup>2</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2022/03/agua-da-torneira-tem-produtos-quimicos-e-radioativos-em-763-cidades-brasileiras/>. Consultado em 11/3/2022.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222696476400>



saúde pública para garantir à população o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente. No âmbito desse programa, já existe um sistema de informação, denominado de Sisagua, que sistematiza os dados relativos ao controle de qualidade da água, em especial os resultados das análises realizadas.

Além dos parâmetros estabelecidos para a qualificação da água potável, torna-se necessária a pesquisa de contaminantes com potencial tóxico, como resíduos de agrotóxicos, a divulgação de resultados obtidos e, conseqüentemente, sua inclusão no referido sistema de informação.

Assim, diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos meus Pares no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputada TABATA AMARAL

